



CALÍOPE

Presença Clássica

Dossiê sobre Xenofonte (separata 1)

2021.1 . Ano xxxviii . Número 41

CALÍOPE

Presença Clássica

ISSN 2447-875X

Dossiê sobre Xenofonte
(separata 1)

organizadores do dossiê:
Luis Filipe Bantim de Assumpção | Rainer Guggenberger

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
Departamento de Letras Clássicas da UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
REITOR Denise Pires de Carvalho

CENTRO DE LETRAS E ARTES
DECANA Cristina Grafanassi Tranjan

FACULDADE DE LETRAS
DIRETORA Sonia Cristina Reis

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS CLÁSSICAS
COORDENADOR Rainer Guggenberger
VICE-COORDENADOR Ricardo de Souza Nogueira

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS
CHEFE Simone de Oliveira Gonçalves Bondarezuk
SUBSTITUTO EVENTUAL Fábio Frohwein de Salles Moniz

EDITORES
Fábio Frohwein de Salles Moniz
Rainer Guggenberger

CONSELHO EDITORIAL
Alice da Silva Cunha
Ana Thereza Basílio Vieira
Anderson de Araujo Martins Esteves
Arlete José Mota
Auto Lyra Teixeira
Ricardo de Souza Nogueira
Tania Martins Santos

CONSELHO CONSULTIVO
Alfred Dunshirn (Universitat Wien)
David Konstan (New York University)
Edith Hall (King's College London)
Frederico Lourenço (Universidade de Coimbra)
Gabriele Cornelli (UNB)
Gian Biagio Conte (Scuola Normale Superiore di Pisa)
Isabella Tardin (Unicamp)
Jacyntho Lins Brandão (UFMG)
Jean-Michel Carrié (EHES)
Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra)
Martín Dinter (King's College London)
Victor Hugo Méndez Aguirre (Universidad Nacional Autonoma de México)
Violaine Sebillote-Cuchet (Université Paris 1)
Zelia de Almeida Cardoso (USP) – *in memoriam*

CAPA
Estátua de Xenofonte em frente ao parlamento austríaco em Viena.

EDITORACO
Fábio Frohwein de Salles Moniz | Luis Filipe Bantim de Assumpção

REVISÃO DE TEXTO
Arthur Rodrigues Pereira Santos | Luis Filipe Bantim de Assumpção | Pedro Proscurcin Junior | Rainer Guggenberger | Vinicius Francisco Chichurra

REVISÃO TÉCNICA
Fábio Frohwein de Salles Moniz | Luis Filipe Bantim de Assumpção | Rainer Guggenberger

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas | Faculdade de Letras – UFRJ
Av. Horácio Macedo, 2151 – sala F-327 – Ilha do Fundo 21941-917 – Rio de Janeiro – RJ
www.lettras.ufrj.br/pgclassicas – pgclassicas@letras.ufrj.br

Instabilidade e harmonia nos discursos das *Helênicas* de Xenofonte

Emerson Cerdas

RESUMO

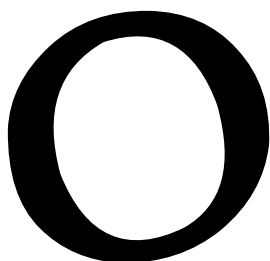
Neste artigo, analisamos alguns discursos públicos das *Helênicas* de Xenofonte – os discursos judiciais e dois discursos deliberativos –, buscando compreender de que modo eles se conectam com a narrativa do próprio narrador-historiador. Os discursos públicos figuram nas narrativas historiográficas da Antiguidade tanto como meio para o historiador explicar as motivações que levam às ações, quanto para discutir aspectos éticos e morais caros ao próprio historiador, criando, além disso, um efeito dramático para a narração. Nossa proposta de análise visa a demonstrar como se dão as relações de instabilidade ou de harmonia entre os discursos públicos dos personagens e as ações narradas pelo próprio narrador, assim como de que modo tais relações estabelecem um complexo jogo de vozes que direcionam a forma como o leitor reage à narrativa e aos personagens. Nesse sentido, os discursos dialogam com a versão apresentada pelo narrador, tanto quanto a complementam, e esse entrelaçamento de vozes auxilia o historiador a transmitir sua mensagem ao leitor, seja ela ética e moral ou política, de um modo menos explícito e categórico.

PALAVRAS-CHAVE

Xenofonte; *Helênicas*; discursos; narrativa.

SUBMISSÃO 10.7.2020 | APROVAÇÃO 11.8.2020 | PUBLICAÇÃO 27.8.2021

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v1i40.36250>



Os discursos públicos tornaram-se presentes na escrita historiográfica da Antiguidade, seja pela influência literária da epopeia, seja pela forte presença da prática oratória na vida cultural da Grécia e Roma; porém, os discursos não são estruturas fixas e rígidas que se aplicam padronizadamente com funções únicas e pré-determinadas dentro das narrativas. Os discursos nos historiadores, mais do que estabelecer a veracidade das falas ditas, têm um grande apelo estético dentro da própria tessitura textual.¹ Não apenas estilos e técnicas empregados pelos historiadores, mas as próprias funções dos discursos, variam de acordo com intensões específicas de cada autor. Por isso, embora se entenda a presença do discurso como fenômeno regular e característico do gênero historiográfico, não se pode reduzir a sua análise a explicações generalizantes que não levem em consideração a especificidade da sua presença nas obras de cada historiador e nos episódios em que aparecem. Assim, neste artigo, analisaremos alguns discursos das *Helênicas* de Xenofonte, no que tange a sua função dentro da narrativa, discutindo especialmente a relação de harmonia ou instabilidade entre λόγοι e ἔργα, não pela referencialidade externa, mas sim interna, dentro do próprio contexto narrativo.

A referencialidade externa, no trabalho do historiador, é um elemento fundamental, afinal trata-se da narração de eventos ocorridos (τὰ γενόμενα), cujo conhecimento transcende à imaginação do autor. Esse traço característico da historiografia fez com que alguns importantes estudiosos da narratologia, por exemplo, acreditassem que esse gênero não deveria ser estudado junto com os outros textos ficcionais, a despeito de seu evidente caráter narrativo.² Irene de Jong, no entanto, ao aplicar nos textos historiográficos antigos essa mesma ferramenta de análise, a narratologia, discute se tal referencialidade seria de fato um impedimento para a sua análise literária, já que, além da historiografia antiga se regular pelos critérios literários e retóricos,

como os outros gêneros literários, é a própria narrativa que converte em história os eventos.³

Nesse mesmo sentido, como nos lembra Paul Veyne, em *Como se deve escrever a história*,⁴ se os eventos existem por si mesmos, eles só podem, no entanto, ser retomados a partir do momento que se constitui um relato desses eventos e este relato pode ser feito de diversas formas e pontos de vista políticos e ideológicos.⁵ Essa afirmação não visa excluir a importância da referencialidade externa, porém lembrar o papel fundamental do historiador enquanto ποιητής, como criador da narrativa, por meio da qual conhecemos o narrado, ou seja, uma estrutura verbal⁶ que se enquadra, com mais ou menos perfeição, dentro de um determinado gênero que segue determinadas regras de composição que também são identificáveis pelos leitores e têm específicas finalidades comunicativas. Nesse sentido, uma vez que os discursos públicos passaram a figurar como um elemento do gênero historiográfico, escrever discursos, principalmente depois de Tucídides, passou a ser uma das tarefas de quem se propusesse o fardo da história narrativa.

Embora já houvesse discursos na obra de Heródoto, foi Tucídides o primeiro a discutir a questão da presença dessa instância discursiva dentro da moldura historiográfica. Na famosa passagem da sua *Guerra do Peloponeso* (1.22), Tucídides estabeleceu pela primeira vez os discursos não apenas como um acessório de embelezamento e dramatização da narrativa, usado para agradar ao público, mas como uma ferramenta de análise histórica eficaz e capaz de iluminar o tempo histórico junto à narração das ações. Os discursos públicos, na perspectiva de Tucídides, são manejados mediante a impossibilidade da memória de guardar integralmente as palavras que foram pronunciadas pelos agentes históricos. Limitado pela memória, os discursos são reproduções verossímeis daquilo que cada orador “teria dito”, se aproximando, ao máximo, do pensamento geral do que foi dito realmente (ἐγγύτατα τῆς ξυμπάσης γνώμης τῶν ἀληθῶς λεχθέντων). Uma vez que os *lógoi* pronunciados pelos oradores não são passíveis de serem recuperados com precisão, deve-se aceitar que eles sejam criados

com certa liberdade de imaginação pelo historiador.⁷ Isso não significa que este esteja “inventando” esse material, pois a liberdade do historiador quanto ao discurso se circunscreve, sobretudo, ao campo do estilo e das técnicas de retórica utilizadas na sua composição, e o historiador deve, com rigor (ἀκριβεία), selecionar o material de acordo com o que ele julga verdadeiro e adequado, transmitindo, em uma análise acurada das palavras, as ideias e valores essenciais na fala do outro.

Isso, no entanto, sempre evoca a questão do quão fiel à realidade é o discurso de determinado personagem em determinada situação histórica, questão esta que vai, muitas vezes, além do conhecimento transmitido pela narrativa, uma vez que, em muitos casos, os próprios historiadores são as nossas únicas fontes desses discursos e nem sempre eles estabelecem a fonte primária do pronunciamento público. Ademais, a própria construção narrativa da história, que visa criar um efeito de realidade e objetividade, tenta criar a impressão de que os fatos aconteceram tal qual nos foi narrado, tentando apagar a figura do historiador por trás dos acontecimentos. Resta-nos, então, do ponto de vista narrativo, mais do que encarar essa referencialidade externa, analisar como, em que momento da narrativa e com que finalidade esses instrumentos são empregados pelo historiador.

Assim, por exemplo, entende-se, de modo geral, que Tucídides se serviu dos discursos como veículo para transmitir a própria análise que fazia dos eventos, visando demonstrar nas palavras dos outros o que ele entendia como motivações para as ações tomadas.⁸ Segundo Nicolai,⁹ quando Tucídides fala sobre “o que era necessário dizer” (τὰ δέοντα μάλιστα εἰπεῖν), nenhuma distinção está sendo feita entre o conteúdo e a forma, e trata-se mais da adequação de um determinado tópico com o contexto de sua exposição, e por isso o historiador deve estar ciente das circunstâncias em que um discurso foi proferido (περὶ τῶν αἰεῖππορόντων). Essa circunstância específica de exposição, acreditamos, vincula-se não apenas ao momento “real” em que foi proferido o discurso, como também com o contexto narrativo em que está inserido dentro da obra. Em outras palavras, na

construção e análise dos discursos, aplica-se mais o princípio de verossimilhança (εἰκός) do que o de verdade (ἀλήθεια), embora um não implique a recusa do outro, já que, quanto maior a redução entre as palavras ditas e as ações realizadas mais próximo estará da verdade, se não em *ipsis litteris*, ao menos no conceito geral da mensagem transmitida.

O início abrupto das *Helênicas*, diretamente na narrativa com a expressão μετὰ δὲ ταῦτα οὐ πολλαῖς ἡμέραις ὕστερον, estabelece a obra de Xenofonte como uma continuação da narrativa de Tucídides, iniciando no ponto em que este tivera que interromper por causa de sua morte.¹⁰ Essa continuação imediata, somado ao fato de a obra de Xenofonte não ter um prefácio que explicita seus objetivos e métodos, levou a maior parte dos estudiosos a entenderem que a continuação também se apresenta como uma imitação do estilo e dos preceitos tucidideanos.¹¹ Por conseguinte, se poderia afirmar que os discursos, suas funções, estruturas e estilos, seguiriam os mesmos padrões estabelecidos pela narrativa de Tucídides, ou seja, seriam representações das próprias ideias de Xenofonte e teriam como finalidade iluminar os motivos por trás das ações dos homens públicos.¹² No entanto, ao não se encontrar uma repetição xenofontea do padrão de Tucídides, o historiador foi, muitas vezes, criticado e acusado de uma certa falta de perspectiva histórica. É claro que o espectro de Tucídides pairava sobre qualquer um que quisesse escrever uma narrativa historiográfica na Antiguidade, a despeito do historiador ser ou não um continuador da *Guerra do Peloponeso*.¹³ Porém, pode-se afirmar que isso também é verdadeiro para Heródoto.

Nesse sentido, a partir do trabalho de Gray (1989), retomando a observação de Dioniso de Halicarnasso, em *Sobre a imitação* (3.4-5), de que Xenofonte era um imitador de Heródoto,¹⁴ levantou-se uma maior discussão a respeito das técnicas narrativas trazidas por Xenofonte em suas variadas obras. Essa postura analítica, que se alia a uma nova percepção das obras do historiador ateniense, que passou a tratá-lo sem os preconceitos que desde o séc. XIX recaíam sobre ele, mostram-no como um escritor bastante inventivo, que trabalha nas fronteiras do gênero

historiográfico, tanto trazendo para o material histórico recursos narrativos diferentes de seus antecessores imediatos, Heródoto e Tucídides, quanto renovando aqueles que a curta tradição historiográfica já havia estabelecido,¹⁵ embora, no séc. IV, a historiografia ainda não tivesse limites muito claros.¹⁶

O manejo das diversas formas de discurso, dentro da moldura narrativa, é um dos claros exemplos da inovação estética proposta pelas narrativas de Xenofonte. Conforme Emily Baragwanath,

Seus discursos assumem várias formas. Eles incluem meras referências a um ato de fala; diálogos informais, como os de seus trabalhos socráticos; conversas que incorporam discursos mais longos e contínuos; e longos discursos formais para audiências maiores (e, no entanto, mesmo estes geralmente são interrompidos por inserções de *ephe*, "ele disse", que injetam vivacidade e lembram a ocasião da apresentação). [...] O discurso direto é especialmente útil para momentos retoricamente intensos, uma impressão de vivacidade dramática, caracterização do falante e para destacar temas cruciais.¹⁷

Assim, os discursos em Xenofonte são trabalhados de diversas formas e com muitos efeitos, intelectuais e emocionais, e não seguem um padrão esquemático fixo e repetitivo, mas dialogam sempre com o contexto narrativo em que estão inseridos. Esses discursos assumem muitas formas e essa variedade é fruto da própria experiência de Xenofonte como polígrafo, que versou, durante sua vida, em diversos gêneros literários. Ao aplicar alguns destes gêneros dentro da moldura historiográfica, por si só já apresenta uma ruptura evidente com seus antecessores, e para Nicolai (2009), o próprio fato de serem mais numerosos os discursos indiretos e diálogos do que os discursos diretos públicos é marca da tentativa consciente de Xenofonte em criar uma ruptura com o modelo tucidideano, visto que este evitava o uso daqueles expedientes.

Apesar da variação estética dessa instância narrativa, com exceção de referências episódicas, poucos trabalhos se dedicam a

estudar os discursos públicos de Xenofonte, especialmente os das *Helênicas*. Entre esses, pode-se citar os trabalhos de Baragwanath (2012; 2017), que visam demonstrar como temas caros tanto a Heródoto e Tucídides são retomados e recriados por Xenofonte; o livro de Gray (1989), cuja análise se dedica a mostrar a função moral dos discursos e como Xenofonte se esforça em adaptar os estilos dos discursos ao caráter de seus personagens; o artigo de Marincola (2010), que foca na importância das referências históricas presentes nos discursos como *exempla* para a assembleia e os leitores da obra; e o artigo de Tamiolaki (2008), em que a autora faz uma análise geral das principais funções dos discursos nas *Helênicas*, tendo sempre em vista a influência de Tucídides, especialmente na composição da estrutura dos discursos. Estes são apenas alguns exemplos relevantes que nos mostram a amplitude de possibilidades dos discursos como recurso narrativo nas *Helênicas*.

1 DISCURSO E NARRAÇÃO NAS *HELÊNICAS*.

Os gêneros de discurso público, na retórica antiga, eram três: o deliberativo, o judiciário e o epidítico. Nas *Helênicas*, há três ocasiões em que são proferidos discursos judiciários: a primeira ocorre no episódio do julgamento dos generais em Arginussas, em razão da defesa dos generais por Euríptólemos (1.7.16-33); a segunda, se passa durante o governo dos Trinta em Atenas, no episódio da disputa entre Crítias e Terâmenes (2.3.24-49); e a terceira, na autodefesa do anônimo assassino de Eufrón, tirano de Sicão (7.3). Não há registro na obra de um discurso majoritariamente epidítico, e a grande maioria dos discursos são deliberativos, como também ocorre em Tucídides. Essa prevalência do discurso deliberativo na historiografia é natural, dado que, no ambiente público e político das cidades em guerra, tema principal das obras historiográficas antigas, o aconselhamento e convencimento das instituições da cidade são elementos fundamentais para o andamento dos eventos. Na vida prática, o gênero deliberativo, conforme Aristóteles (*Retórica* 1359b), trata de

todas as questões referentes à cidade, não apenas as relacionadas à guerra, mas também aos impostos, orçamentos, legislação, visando sempre encontrar o útil e afastar o inútil para a cidade.

Apesar dessa prevalência de discursos deliberativos, ainda assim, são poucos os casos em que há discurso direto com certa extensão nas *Helênicas*.¹⁸ Há, no entanto, uma grande ocorrência de discursos deliberativos em discurso indireto, e em geral todos seguem o padrão do exemplo a seguir:

[11] Porém, quando o trigo acabou completamente, enviaram embaixadores a Ágis, declarando que queriam ser aliados dos lacedemônios e fariam um acordo com a condição de manter as muralhas e o Pireu. [12] Ágis os mandou para a Lacedemônia, pois não tinha tal poder para decidir. Quando os embaixadores reportaram isso aos atenienses, eles os enviaram para Lacedemônia.¹⁹ (2.2.11-12).

Tem-se assim uma estrutura básica em que uma situação inicial *A* é narrada pelo narrador heterodiegético e motiva o envio de embaixadores ou mensageiros de uma cidade a outra. Apresenta-se um resumo, em discurso indireto, do que foi dito pelos enviados e tem-se a reação da assembleia (individual ou pública) ao discurso. Esse padrão estrutural implica uma relação de concordância com os eventos relatados anteriormente, porque, pela ausência de qualquer objeção, pressupõe-se que o enviado apresentou as circunstâncias tal qual anteriormente fora apresentado pelo narrador, e, nesse caso, as motivações foram dadas pelo próprio narrador e não precisariam de um esclarecimento maior por meio da recriação do discurso. Assim, ao resumir o discurso público em discurso indireto, de algum modo, Xenofonte reduz a instabilidade entre palavras e ações, uma vez que, pela forma resumida que é apresentado o discurso, cria-se a impressão de que esse foi o argumento decisivo para a persuasão da assembleia e está em sintonia com os eventos narrados por ele mesmo.

Reduzir o distanciamento e a instabilidade entre discurso e ações, entre o que aconteceu e o que se diz depois, parece,

conforme Hartog,²⁰ um ideal a ser inspirado pelos historiadores antigos e, por isso, na *Ciropeia*, pelo seu caráter ficcional e idealizado, há uma relação mais harmônica e estável entre os *lógoi* proferidos e *érga* realizados²¹ – ao menos, a partir do livro 2, acrescentamos.²² Essa harmonia ou estabilidade é mais complexa de se conseguir em uma obra historiográfica como as *Helênicas*, em que o caráter maleável dos homens e dos estados, seja pela influência do acaso, seja pela má conduta ética e moral, ou até mesmo pela incapacidade humana de compreender os eventos presentes com racionalidade e clareza, não garantem uma relação lógica, casuística e necessariamente previsível entre o dito e o feito, entre a intenção e a realização. Enquanto representação da realidade histórica, as motivações podem explicar as ações, mas não as justificar de um ponto de vista ético e moral, nem prever os resultados com clareza. Ao que tudo indica, Xenofonte apresenta os discursos em *oratio recta* com certa extensão quando, justamente, há uma maior instabilidade entre *lógos* e *érga*.

2 OS DISCURSOS JUDICIÁRIOS NAS *HELÊNICAS*

Os discursos judiciários são, pela sua própria natureza, instáveis em relação aos eventos, na medida em que são apresentadas duas versões diferentes sobre o mesmo fato *passado* e tem como finalidade condenar ou absolver um indivíduo. Por tratar-se de um discurso voltado ao passado, a *narração* (*diegésis*) é parte essencial do discurso judiciário, dado que se tenta provar a culpa ou a inocência da personagem por meio das suas ações. Diferentemente do que ocorre em um debate público real, há, na obra historiográfica, a narração do acusador e do acusado (narradores internos) e a narração do próprio historiador (narrador externo). Além disso, há o narratário externo (o leitor) e o narratário interno (as assembleias, o conselho, etc.). Nesse conjunto, é natural que haja embates entre as diversas versões apresentadas, e quanto maior a estabilidade e harmonia entre o discurso do orador e a versão do historiador mais próximo da verdade ele se apresenta ao leitor – verdade aqui entendida como

significado que o historiador quer passar ao leitor por meio da narrativa. Isso não significa que, por conta dessa estabilidade, o justo – ou, ao menos, o que é considerado justo pelo narrador – será alcançado, uma vez que outros elementos podem ser usados a fim de persuadir a assembleia. Por conseguinte, tanto a descrição que se faz da reação do público ao discurso²³ quanto a narração das ações subsequentes são importantes, pois ajudam a compreender o papel do discurso como peça central do episódio.

A) DISCURSO DE EURIPTÓLEMO

No episódio do processo dos estrategos de Arginussas (1.7), antes de apresentar o discurso de defesa proferido por Euriptólemo, o narrador descreve o andamento dos eventos, pontuando, com algumas observações, o caráter ilegal, não do processo em si, mas da forma como ele se daria, especialmente em relação à questão de como cada acusado se defenderia. Assim, em 1.7.2, diz o narrador que, inicialmente, o estratego Erasinides foi acusado de corrupção e condenado, em seguida, os outros estrategos expuseram diante do Conselho uma prestação de contas do que ocorrera durante a batalha naval e, por causa dessa exposição, Timócares exigiu que também esses fossem acusados (1.7.3). O trierarco Terâmenes, então, junto a outros que não são nomeados, passa a exigir que se expliquem por não terem salvado os naufragos, e o narrador diz que cada acusado fez, em poucas palavras, uma defesa, e ele apresenta em discurso indireto um resumo dessa exposição dos fatos que se enquadra com a descrição da batalha que o narrador já apresentara com maior desenvolvimento em 1.6.26-38.

Acrescenta o narrador que apresentaram como testemunhas os pilotos e, com isso, começavam a convencer o povo (ἔπειθον τὸν δῆμον). No entanto, por ser tarde e não poderem ver as mãos dos votantes, decidiu-se retardar a decisão para a próxima assembleia, abrindo espaço para que Terâmenes atuasse de forma decisiva na festa de Apaturias, ao vestir homens com mantos negros e cabelos raspados, para que parecessem

parentes enlutados dos náufragos. Também convence Calixeno a continuar a acusação contra os estrategos e este apresenta uma moção que Euríptolemo considera ilegal, justamente por não respeitar as normas de julgamento da cidade, já que a proposta de Calixeno subtraía dos estrategos o julgamento por tribos, não garantia o segredo de voto e um julgamento comum a todos os acusados, sem o direito de que cada um se defendesse individualmente. Inicia-se uma sequência de eventos que mostram, especialmente, a força da reação popular em constranger os prítanes a aceitar as propostas de Calixeno, com exceção a Sócrates, o único dos prítanes a se recusar a participar da condenação. Essa referência a Sócrates parece indicar também um posicionamento do narrador quanto ao processo; ademais, das cinco vezes, nesse episódio, em que a expressão “contrário à lei”²⁴ aparece, quatro são usadas como respostas as propostas dos acusadores.

Na sequência, é apresentado o discurso de Euríptolemo que é construído como um misto de defesa e deliberação, já que, na abertura, diz o personagem que “se por mim vós fordes persuadidos a fazer o justo e o pio, de onde compreenderéis, sobretudo, a verdade, e não vos arrependeréis mais tarde quando mudardes de ideia, por terdes agido muitíssimo mal diante dos deuses e de vós mesmos”²⁵ (*Hel.* 1.7.19). Assim, o justo, finalidade do discurso deliberativo, vincula-se a inocência, finalidade do discurso judiciário. A culpabilidade ou a inocência, então, torna-se não apenas um processo criminal, mas uma questão ética do Estado. Euríptolemo foca, primeiro, em convencer os atenienses para que julguem os estrategos de acordo com o decreto de Canono, comparando o tratamento *filantrópico*²⁶ que os atenienses deram a Aristarco, personagem que fora fundamental na queda da democracia para a formação do regime dos Quatrocentos em 411, com a recusa de dar esse mesmo tratamento aos estrategos.

Apenas depois dessa deliberação que Euríptolemo convida a assembleia a recapitular os eventos, trazendo para seu discurso a *diégésis*. É interessante que nessa rememoração, o orador apresente detalhes que não foram narrados pelo historiador, como, por

exemplo, a deliberação entre Diomedonte, Erasinides e Trásilo a respeito do que deveriam fazer, salvar os náufragos ou perseguir os inimigos. A proposta de Trásilo de que ambas as ações poderiam ser feitas é aceita e os trierarcos Terâmenes e Trasíbulo são deixados para salvar os náufragos, os mesmos que acusavam os estrategos. Euríptólemo assume uma postura benevolente para com todos os envolvidos na tragédia de Arginussas, pois a explicação dele para o não salvamento se adequa àquela dada pelo próprio narrador: a forte tempestade. Usa como testemunha um dos estrategos que, enviado para salvar os homens, acabou, por causa da tempestade, precisando ser salvo; este evento também não é narrado por Xenofonte, então, pode-se dizer que, se de um lado, o *lógos* de Euríptólemo se adequa aos *érga* narrados por Xenofonte, por outro, ele dá mais detalhes e, de algum modo, garante a veracidade da apresentação do historiador, legitimando-o e sendo por ele legitimado.

Existe, assim, uma estabilidade entre o discurso do personagem e a narração do historiador, e a aprovação inicial do Conselho da moção redigida por Euríptólemo parece indicar isso. No entanto, Menécles declarou essa moção ilegal – porém Xenofonte não explica no que consistia a argumentação de ilegalidade dessa moção, assim como também não explicara as motivações de Terâmenes para as suas ações – e, depois de uma nova votação, os estrategos são condenados e executados. Porém, o narrador não deixa de observar que o arrependimento futuro, visualizado por Euríptólemo em seu discurso, de fato aconteceu (*Hel.* 1.7.35), indicando, com isso, uma certa estabilidade na percepção do que era justo naquela circunstância.

Apesar de o discurso de Euríptólemo estar em sintonia com a narrativa do historiador e, por conseguinte, representar uma defesa justa e verdadeira dos acontecimentos, é sugestivo que os estrategos não tenham conseguido a absolvição. Em um período de crises e confusões políticas, as instituições parecem perder seu valor real, quando não são governadas por homens que estão imbuídos pela missão de preservar a sua legalidade. O discurso de Euríptólemo, por melhor que seja estilística²⁷ e eticamente, é

incapaz de conseguir alcançar o justo. Na *Ciropedia* (3.3.49-55), em três momentos, Ciro afirma a Crisantas que nenhuma arenga (λόγος ῥηθεις) é capaz de transformar os homens de uma hora para outra (αὐθημερὸν) e que se surpreenderia que homens que nunca foram treinados a ser valorosos se transformassem em valentes por causa de uma palavra. No caso, em uma democracia em frangalhos, em virtude de anos de guerra e corrupção, o sistema judiciário se mostra desprezado de seus valores fundamentais. No caso específico do julgamento dos estrategos, aceitando a interpretação de Gray (1989), desprende-se do valor da filantropia que Dover²⁸ define como uma das forças motrizes do caráter ateniense e que é essencialmente vinculado ao ideal de democracia, pois esta permite um sistema legal em que o indivíduo pode defender-se e, assim, tentar se salvar de qualquer acusação. O discurso judiciário, enquanto instituição democrática, perde assim a sua finalidade prática, embora, do ponto de vista do historiador, seja um exemplo revelador da crise ética e moral da cidade de Atenas.

B) OS DISCURSOS DE CRÍTIAS E TERÂMENES

O julgamento de Terâmenes, acusado de traição por Crítias,²⁹ ocupa grande parte da narrativa dedicada ao governo dos Trinta Tiranos em Atenas e apresenta uma relação mais complexa de instabilidade dos discursos apresentados com o narrado pelo historiador, não obstante ser outro exemplo da decadência ética e moral de um regime político mal governado. O episódio inicia com o narrador pontuando que, após a vitória espartana e o fim da Guerra do Peloponeso, os trinta homens eleitos para governar a cidade deviam redigir novas leis com as quais governariam, mas estes tardavam em cumprir essa tarefa, visto que utilizavam do Conselho e das demais magistraturas a seu bel-prazer (2.3.11). Em seguida, o narrador descreve algumas das ações que, progressivamente, iniciarão a contestação do governo: a condenação dos que, durante a Guerra do Peloponeso, viviam como sicofantas; pedido de uma guarnição lacedemônia dentro da

cidade de Atenas; o aprisionamento dos aristocratas que, por não integrar o grupo dos Trinta, poderiam se tornar rivais perigosos do governo; a lista de três mil homens para participar das decisões políticas; aprisionamento das armas dos homens que não contavam entre os três mil; assassinio e confisco dos bens dos metecos.

Os abusos vão sendo narrados de modo crescente, tanto quanto o descontentamento com as arbitrariedades cometidas, insatisfação que terá na figura de Terâmenes o seu maior representante. Em um curto diálogo entre Terâmenes e Crítias (2.3.15), quando ainda são aliados e se tratam familiarmente, este deixa claro que o governo dos Trinta não era uma oligarquia, e sim uma tirania formada por trinta homens, não apenas um só. A partir disso, Terâmenes surge como uma voz defensora de uma oligarquia moderada, contestando as ações extremas dos Trinta, especialmente por estarem organizando um governo “violento e, ao mesmo tempo, mais fraco do que os governados”³⁰ (2.3.19), e pelas ações serem mais injustas do que as dos próprios sicofantas (2.3.22). Com essa oposição, Terâmenes passa a ser um obstáculo aos Trinta, e o acusa diante do Conselho.

É interessante que Xenofonte não especifica a constituição desse Conselho, mas, segundo Aristóteles (*Constituição Ateniense* 35.1), diferentemente da instituição democrática, esse Conselho era formado por 500 membros escolhidos previamente pelos próprios Trinta, provavelmente entre os três mil homens do catálogo, e não por sorteio; além disso, o narrador acrescenta que os mesmos Trinta ordenaram que certos jovens se apresentassem no Conselho com adagas sob a axila. Fica claro, por esse resumo dos eventos, que o narrador vai dando pistas de sua simpatia pela figura de Terâmenes, ao menos nessa passagem de oposição a Crítias.

O discurso de Crítias é o primeiro a ser apresentado (2.3.24-34). A violência das ações desse personagem transparece também em sua fala, não apenas pela proposta de executar seu rival, mas na própria linguagem virulenta, marcada pelas frases curtas e abruptas.³¹ Um dos argumentos principais do personagem é que as mudanças de regime geram naturalmente a morte de

muitos homens, argumento que retoma por duas vezes (2.3.24; 32). Por isso, assume sem problema que, conforme encontra algum opositor do regime, se livra dele. Crítias, por meio do uso recorrente dos pronomes “nós”, referindo-se aos Trinta, e “vós”, aos homens do Conselho, também busca se identificar com os espectadores, a fim de mostrar que Terâmenes não é apenas um perigo momentâneo para os Trinta, mas um possível obstáculo para todos aqueles que são adeptos desse governo.

A tentativa de exclusão de Terâmenes fica ainda mais evidente pelo uso do pronome *τουτοι/τουτοι*, que parece apontar fisicamente a figura de Terâmenes que ouve a acusação, separando-o do todo. Quanto à argumentação, assim como Crítias falara que as mortes eram conseqüências naturais das mudanças políticas, afirma que é da natureza de Terâmenes ser um traidor, e para confirmar isso retoma tanto sua participação no regime dos Quatrocentos, quanto a sua atuação no processo de Arginusas. É interessante que o resumo que Crítias faz desse evento se enquadra com o apresentado por Xenofonte (1.6-7), tanto no frustrado salvamento dos náufragos quanto no processo contra os estrategos. Terâmenes é, enfim, um homem definido como alguém sempre ocupado em levar vantagens, mas que não se preocupa nem com amigos nem com a moral (*πλεονεκτεῖν ἀεὶ ἐπιμελόμενος, τοῦ δὲ καλοῦ καὶ τῶν φίλων μηδὲν ἐντρεπόμενος*, 2.3.33). Por isso, termina seu discurso pedindo que ele seja julgado com a pena máxima, seguindo a constituição dos lacedemônios, que pune aqueles que se opõem a autoridade dos éforos, sob a alegação de que, assim, estarão também protegendo a si mesmos os homens do Conselho.

A resposta de Terâmenes (2.35-49) terá como base rebater as acusações e, justamente, a primeira contestação é a respeito da sua participação no processo dos estrategos.

Bem, inicialmente vou relembrar-vos, homens, o último que ele disse a meu respeito; afirma que eu, ao acusar os estrategos, os condenei à morte. Entretanto, sem dúvida alguma, não fui eu que comeci a falar contra eles, mas eles que declararam que eu, tendo recebido ordens, não recolhi os

desafortunados da batalha naval na região de Lesbos. Eu, é claro, me defendi alegando que por causa da tempestade era impossível navegar, e menos ainda recolher os homens; a cidade aprovou como razoável o que eu dizia, e aqueles homens acabaram acusando a si mesmos, ao declararem que não puderam salvar seus homens e foram embora pelo mar abandonando-os à morte. [36] Seguramente, não me admiro que Crítias esteja mal informado, pois, quando aconteceu isso, ele, por acaso, não estava aqui presente, mas organizava a democracia ao lado de Prometeu na Tessália, e equipava os *penestes*³² contra seus senhores.³³ (*Hel.2.3.35-36*).

A afirmação de que apenas se defendeu, no entanto, é controversa, se levarmos em conta a narrativa do próprio Xenofonte, que afirma que foram Terâmenes e Trasíbulo que iniciaram as acusações, sendo que os estrategos apenas se defenderam. A partir do momento que o primeiro argumento de defesa está sendo manipulado, já que imaginamos que para o leitor essa sensível distorção deveria ser percebida, o quanto se pode acreditar nos argumentos de Terâmenes? Também chama a atenção que, na sequência, ele aproveita a ausência de Crítias na cidade, durante o julgamento dos estrategos, para afirmar seu desconhecimento do que realmente aconteceu, porém isso não poderia ser válido para todos os homens presentes no Conselho, pois, provavelmente, a maioria deles estava presente durante o processo e, ademais, participaram do julgamento. O que poderia, então, significar essa distorção tão aberrante?

Tem-se uma tendência a ver nessa participação de Terâmenes uma visão positiva de Xenofonte em relação ao personagem, como se estivesse reabilitando-o de todas as suas ações anteriores que parecem, de fato, estar mais de acordo com a acusação de Crítias do que com a sua autodefesa. Canfora³⁴ inclusive chega a sugerir que essa defesa seria, na verdade, uma apologia do próprio Xenofonte pela sua participação na cavalaria dos Trinta, e que a oposição Crítias/Terâmenes refletiria a oposição Crítias/Sócrates nas *Memoráveis*. Em geral, para reforçar essa ideia, toma-se a passagem final desse episódio, quando Terâmenes é levado para a execução, pois, após Xenofonte narrar

alguns ditos espirituosos que o personagem teria proferido aos seus inimigos, ele afirma: “Tenho consciência de que esse apotegma não é digno de menção, porém julgo ele admirável naquele homem, pois, diante da morte, não perdeu nem a lucidez nem o bom humor do espírito”³⁵ (*Hel.* 2.3.56).

O que é digno de menção e revela ser admirável em Terâmenes é o apotegma proferido antes da morte, não a sua participação em todo episódio. É claro que, diante de um Crítias tirano e violento, a nossa percepção da figura de Terâmenes tende a ser mais benévola, como se os seus argumentos fizessem dele um homem nobre de ideais supremos. Em verdade, Terâmenes apenas se mostra melhor do que Crítias ao querer recusar toda essa violência perpetrada pelos tiranos, porém como se esquecer que ele deixou muitos concidadãos morrerem de fome para conseguir a rendição de Atenas em favor Esparta? Parece-nos que, ao colocar logo de cara, essa informação distorcida de acordo com a própria narrativa, Xenofonte, de algum modo, quer nos lembrar das falhas de caráter de Terâmenes e que, se for preciso para se safar da pena de morte, não se importará de usar qualquer meio. Diferentemente, nesse sentido, do Sócrates de Xenofonte, que, na *Apologia*, não usa de nenhum subterfúgio para tentar se salvar: a sua defesa é a prova da sinceridade de um homem satisfeito com as suas ações e que, por isso, teme mais trair-se a si mesmo do que a morte.

O laço de caráter que une Terâmenes a Crítias se revela quando ele afirma que concorda que deve-se matar os conspiradores (2.3.37), mostrando que não é contrário à violência como arma política; as suas críticas dizem respeito aos procedimentos que estão sendo tomados pelos Trinta, que, ao contrário do que é pretextado, não estão fortalecendo o governo, e sim, criando novos inimigos do regime. Assim, em 2.3.38, Terâmenes diz que começou a contestar o governo quando eles começaram a aprisionar homens nobres que não haviam cometido nenhuma injustiça, como Leão de Salamina, Nicerato e Antifonte, pois isso faria com que os inimigos do regime se enchessem de medo e passassem a conspirar contra eles. Do ponto de vista da

relação entre *lógoi* e *erga*, é interessante que esses três exemplos complementam o que fora narrado anteriormente por Xenofonte que, embora tivesse anunciado essa ação dos Trinta, não os exemplificara com fatos específicos.

Esse mesmo processo ocorre em 2.3.42, quando diz que não aprovou o exílio de Trasíbulo, Anito ou Alcibiades, preenchendo com exemplos as ações narradas de forma mais resumida pelo narrador; novamente, nesse caso, Terâmenes justifica que sua oposição não é por valor moral ou ético, mas sim por acreditar que, com essa ação, a oposição seria maior. A partir disso, ele reverte a argumentação de Crítias: se apresenta como o verdadeiro amigo dos Trinta, pois quer impedi-los de agir de forma que tragam, no futuro, malefícios ao próprio regime, enquanto o verdadeiro traidor é o próprio Crítias, redefinindo, assim, a natureza do conceito de traição.³⁶

A partir disso, o discurso judiciário passa a ter novamente uma feição deliberativa, pois, no final de seu discurso, ele faz uma espécie de profissão de fé de um governo oligárquico equilibrado e moderado, em que os nobres possam governar sem tiranizar a cidade e o povo. O discurso de Terâmenes é recebido com gritos de aclamação (*εὐμενῶς ἐπιθορυβήσασα*) e Crítias, temendo que seu rival fosse absolvido, com a aprovação dos Trinta, posiciona os homens que levavam as adagas na balaustrada do Conselho. Ao retornar ao púlpito, ele ameaça os conselheiros e apaga o nome de Terâmenes do catálogo dos três mil, pois, com isso, torna possível que ele mesmo decida o que fazer com o seu rival, sem a necessidade de votação do Conselho. O apelo de Terâmenes, agarrado ao altar de Héstia, mais do que uma tentativa de comover os rivais para a sua salvação, é um alerta para toda assembleia de aristocratas, no sentido de que a violência que ele hoje sofre poderá voltar-se contra eles no futuro.

Ao riscar o nome de Terâmenes do catálogo, Crítias tornou legal a sua ação tirânica, já que cumpria as regras das novas leis estabelecidas pelo regime. Talvez, mais do que mostrar que mesmo um homem de caráter dúbio, que sempre agiu de forma contestável em sua carreira política, pode, ainda que no fim de sua

trajetória, reabilitar-se com um dito memorável, a maior lição desse episódio é mostrar que, em uma sociedade dominada por um regime tirânico, as instituições nada valem, estando a serviço dos desejos de seus líderes. Mais do que isso, mostra que o governo mal gerido se deteriora por dentro de suas próprias instituições. A sequência narrativa revela que os receios de Terâmenes estavam corretos, já que os homens, exilados injustamente sob a liderança de Trasíbulo, iniciarão uma guerra civil que terminará com a retomada da democracia em Atenas. Se o discurso de Terâmenes redefine o conceito de traição e direciona as acusações sofridas a Crítias, o todo do episódio mostra que o verdadeiro homem ocupado em levar vantagens, isto é, não preocupado com amigos ou com a moral, é o próprio Crítias, cujas ações tirânicas resultaram na queda do governo dos Trinta.

C) O DISCURSO DO ASSASSINO DE EUFRÓN

A terceira peça judiciária nas *Helênicas* ocorre no livro 7, na autodefesa do assassino anônimo do tirano Eufión. A história de Eufión é narrada em duas partes: na primeira (7.1.44-46), conta-se como ele tornou-se tirano de Sicião. Com o aumento do poder de Epaminondas, a cidade foi forçada a se aliar aos tebanos e, com essa mudança, Eufión viu seu poder na cidade diminuído. Desejando reverter essa situação, aproveitou-se da insatisfação dos arcádios e argivos com Epaminondas e conseguiu restaurar a democracia na cidade. É eleito estrategista, junto com mais quatro homens, mas aos poucos começa a usar do poder e da força para se tornar o tirano. O narrador faz uma pausa sobre esse tema e passa a tratar da cidade de Fliunte (7.2); em seguida, volta a narrar a história do tirano de Sicião (7.3.1-5): suas atitudes tirânicas levam alguns homens a se unirem para o tirar do poder e a oligarquia é restaurada; Eufión, porém, toma um exército de mercenários atenienses e retoma o poder da cidade.

Consciente, no entanto, de que não conseguiria manter o poder com a oposição tebana, vai a Tebas persuadi-los a expulsar os aristocratas e a voltarem a entregar-lhe a cidade. Enquanto

conversava com os magistrados, alguns homens, que foram exilados, temendo que ele conseguisse realizar seus planos, o degolaram na acrópole. Os magistrados levaram os assassinos diante do Conselho e pediram que fossem condenados à morte, considerando que eles haviam ultrapassado a todos os homens em audácia e sacrilégio (πάντας ἀνθρώπους ὑπερβεβλήκασι τόλμη τε καὶ μιαιρία, 7.3.6). São, enfim, acusados pelos magistrados de serem os mais ímpios, injustos, sem lei e de desprezarem a cidade (διώκομεν ὡς ἀνοσιωτάτους καὶ ἀδικωτάτους καὶ ἀνομωτάτους καὶ πλεῖστον δὴ ὑπεριδόντας τῆς πόλεως). Os acusados negam participação no crime, até que um deles toma a palavra e discursa em sua defesa.

Essa é a única passagem das *Helênicas* que se refere ao personagem Eufρόν. O assassino não é nomeado e, diferentemente dos dois casos anteriores, aqui o narrador deixa em evidência os limites das palavras representadas por esse discurso, ao usar a expressão τῆς ἀπολογίας ὧδέ πως ἦρχετο, ou seja, ele já deixa claro que as palavras foram “mais ou menos” as que seguem, não se comprometendo, portanto, com a sua literalidade. O discurso desse personagem anônimo é uma peça jurídica bem construída, tendo em vista que a fala não apenas rebate as acusações atribuídas a ele e seus comparsas pelos magistrados, como também converte-as em acusações para o próprio Eufρόν, tornando, assim, seu crime um ato justo, e até mesmo heroico, de busca pela liberdade da cidade. Aristóteles, na *Retórica* (1397b), parece referir-se a esse caso como exemplo de inversão na argumentação. Com efeito, o processo argumentativo do assassino de Eufρόν parece seguir o preceito exposto pelo filósofo: “Com efeito, se alguém sofreu justamente o castigo, justamente o sofreu, mas talvez não imposto por ti. Por isso, convém examinar à parte se o paciente merecia tal castigo e se o agente agiu justamente, e, em seguida, aplicar a ambos o argumento apropriado³⁷”.

O argumento do assassino, em sua defesa, visa justamente assinalar por meio da *diegésis* a justiça de sua ação, ao desmascarar o comportamento de Eufρόν e mostrar que ele merecia receber tal punição. Todavia, é interessante que os pontos elencados pelo orador se ajustam à narrativa do historiador, mas que,

aparentemente, não eram percebidos – ou levados em conta – por seus acusadores. Nesse sentido, o orador reforça as ações de Eufρόn como traidor dos tebanos: ao ter entregado o porto de Sicião aos coríntios, ao ter escravizado homens livres e ter matado e desterrado os cidadãos; ao ter retomado o poder com um exército de mercenários atenienses, inimigos de Sicião, para lutar contra o harmosta tebano que estava na cidade. Esses exemplos se harmonizam com as informações do narrador, porém não trazem elementos novos que detalham a narrativa, como nos discursos de Euríptólemo e Terâmenes. A contribuição do discurso é, em nossa opinião, as reflexões que o orador faz a respeito do crime: se o narrador/historiador “apenas” narra os fatos, concatenando as ações, o orador explica as suas motivações e a justiça de seu ato. A defesa consegue seu objetivo e, na opinião de Gray:

A própria conclusão do leitor deve ser que Xenofonte apresenta seu relato do julgamento como um memorial à impecável justiça do assassino, revelando virtudes ocultas onde, à primeira vista, havia apenas um vício aparente. A dedicação de Xenofonte à conquista ética e seu interesse pela questão filosófica da definição de justiça permanecem inabaláveis.³⁸

Assim como os discursos de Euríptólemo e Terâmenes, o discurso judiciário do assassino de Eufρόn tem, portanto, um forte apelo filosófico, na tentativa de redefinir conceitos por meio de uma reflexão que traga à tona aspectos que não eram vistos *a priori*: Euríptólemo e o conceito de filantropia; Terâmenes e o conceito de traição; o assassino sem-nome e o conceito de justiça. Esses discursos, no entanto, dentro da tessitura narrativa em que são inseridos dialogam com a própria narrativa do historiador e a maior estabilidade entre um e outro é fundamental para reforçar a mensagem ética e moral transmitida pelo historiador, já que tornaram verossímil a ressignificação do conceito pelo orador.

3 OS HOMENS-NARRATIVAS

Dois discursos deliberativos presentes nas *Helênicas* fogem tanto ao esquema geral de estrutura, quanto à questão de instabilidade/harmonia com o narrado – o discurso de Clígenes de Acanto a respeito da cidade de Olinto (5.2.11-19) e o discurso de Polidamante sobre Jasão de Feras (6.1.2-16). Isso ocorre, pois, em ambos os casos, não há nenhuma menção do narrador a esses eventos e personagens, antes do próprio discurso desses personagens. Por conseguinte, o leitor não tem nenhuma informação nem de Olinto nem de Jasão, logo a *diegêsis* torna-se o principal foco desses discursos deliberativos, não tanto pela situação específica de exposição, mas sim para esclarecer aos leitores os fatos. Em alguma medida, são personagens-funções cuja aparição traz uma nova narrativa³⁹ e que geram uma nova cadeia de sequência de ações.

A função dos oradores, nesses dois casos das *Helênicas*, lembra a função dos mensageiros do teatro, geralmente personagens que tomam nomes genéricos (como arauto, mensageiro, servo) e que não têm participação efetiva na ação, mas são testemunhas dos fatos que narram,⁴⁰ ocorridos fora do palco, e que acabam influenciando decisivamente no andamento das ações. Segundo Barret (2012), um dos pontos básicos dos mensageiros teatrais é a premissa de que são verdadeiros os fatos narrados, e, para conseguir esse efeito, esses personagens funcionais buscam manter-se distantes dos fatos, agindo como um verdadeiro narrador épico e, também, historiográfico. Isso não significa que eles não possam colocar as suas impressões na narração, pois, como observa Jong (1991), a pretensa idoneidade do narrador iria contra a principal característica do gênero dramático que é a competição de vozes. Ao narrar, o personagem cria seu próprio contexto narrativo e, nesse sentido, gera a possibilidade de que ele manipule o discurso com alguma finalidade.

Nos dois casos registrados nas *Helênicas*, os eventos são narrados por personagens que se assumem testemunhas dos fatos e, além disso, tem grande interesse no convencimento da assembleia. Por isso, fazem uso de recursos retóricos e estilístico,

sem, no entanto, haver elementos fora do discurso que confirmem a veracidade de suas falas. Nesse sentido, assemelham-se, em nosso entender, mais aos mensageiros de Eurípides que, conforme Lowe,⁴¹ são personagens empenhados na persuasão das informações, o que significa uma demolição da objetividade do mensageiro como narrador.⁴²

O discurso de Clígenes de Acanto ocorre no livro 5, no contexto das ações espartanas após a chamada Paz de Antálcidas (387 a.C.), quando, por influência do Rei persa, os gregos aceitam a paz. Segundo Xenofonte, os lacedemônios conseguiram muito mais glória com essa paz do que com as guerras anteriores, pois

ao se tornarem os defensores⁴³ da paz proposta pelo Rei, e por terem negociado a autonomia das cidades, fizeram de Corinto sua aliada, deixaram as cidades beócias livres dos tebanos, o que há muito tempo desejavam, e fizeram os argivos pararem de considerar Corinto como sua, ao decretarem a mobilização contra eles, caso não saíssem da cidade⁴⁴ (5.1.36).

Animados por essas conquistas, os espartanos passam a castigar aqueles aliados que, durante a guerra, não mostraram a eles a fidelidade esperada. Assim, o narrador conta a história da divisão da cidade de Mantineia em aldeias (5.2.1-7) e a dos exilados de Fliunte (5.2.8-10). Nesse contexto, chegam à Lacedemônia embaixadores da cidade de Acanto e Apolônia, temerosos pelo nascente poder da cidade de Olinto na região da Trácia. O embaixador Clígenes de Acanto, então, passa a discursar. Para justificar o caráter narrativo da sua argumentação, já de início ele pontua: “Lacedemônios e aliados, acreditamos que vós ignorais o grande problema nascente na Hélade”⁴⁵ (5.2.12). Nesse caso, tanto o narratário interno, os membros da assembleia, quanto o narratário externo, o leitor, estão na mesma posição de ignorância quanto aos fatos que serão apresentados. Clígenes narra o expansionismo da cidade de Olinto, primeiramente, seduzindo as pequenas cidades da região e, em seguida, dominando as cidades da Macedônia, em vista de, agora, anexar ao seu domínio as

maiores cidades da Trácia. Conta, então, que os olíntios enviaram embaixadores à Apolônia declarando que, caso não se unissem a eles espontaneamente, os atacariam, o que motivou a ida dessa embaixada a Esparta: “Contudo, nós, homens lacedemônios, queremos viver sob as leis pátrias e sermos cidadãos livres!”⁴⁶ (5.2.14), diz Clígenes lembrando o papel de Esparta como *προστάτης* da paz de Antálcidas.

A partir disso, o discurso torna-se mais deliberativo, ressaltando que, se agora Olinto não representa um perigo para Esparta, com a anexação de todos esses territórios, inclusive os das cidades de Acanto e Apolônia, a cidade tornar-se-ia um perigo maior, inclusive indicando que os olíntios já enviavam embaixadores a Atenas e Tebas para se estabelecer uma aliança. Tal aliança tornaria Olinto poderosa tanto por terra quanto por mar, e, portanto, um empecilho muito grande ao projeto hegemônico de Esparta. Por conseguinte, Clígenes passa a elencar os benefícios que era derrotar Olinto agora, enquanto seu poder é grande, mas não invencível (5.3.18): a abundância de madeira para a construção de navios e de portos na região que permitem a entrada de cereais; o grande número de homens que seriam acrescentados ao exército lacedemônio; e o poder das minas de ouro de Pangeu.

Assim, impedir o crescimento de Olinto permitiria a Esparta tornar-se mais poderosa financeira e militarmente e, mais do que isso, disponibilizaria a Esparta recursos para um aumento de sua frota e, com isso, a possibilidade de realizar o sonho de domínio marítimo na Hélade. É nesse ponto que o discurso parece ser fundamental: o futuro possível de Olinto, apresentado no discurso, é uma espécie de espelho para Esparta, cujas ambições de hegemonia poderiam encontrar frutos na submissão desse rival. Nessa perspectiva, o comentário final do discurso de Clígenes torna-se, também, uma admoestação para os próprios espartanos:

[18] E sobre a arrogância deles, o que se poderia dizer? Pois o deus, ao mesmo tempo e na mesma medida, faz crescer no coração dos homens o poder e a ambição. Por isso, nós, lacedemônios e aliados, divulgamos que assim estão os

assuntos nessa região; quanto a vós, deliberai se eles parecem dignos de vossa atenção. Mas é preciso que vós saibais mais uma coisa: que o poder a que nos referimos, embora grande, ainda não é invencível. Pois as cidades que participam de um regime político comum a contragosto, se veem uma oportunidade, rapidamente se rebelam⁴⁷ (5.3.18).

A própria posição do discurso na narrativa de Xenofonte auxilia-nos nessa interpretação, uma vez que, depois de os espartanos – convencidos por essa assembleia – atacarem Olinto e firmarem uma paz com a cidade, inicia-se uma série de ações questionáveis por parte dos mesmos. Ações estas que ajudarão a aumentar a insatisfação das outras cidades, especialmente a de Tebas, que redundará nas derrotas que marcarão o fim da hegemonia espartana. A sequência do final da seção 3 (paz com Olinto) e começo da 4 (tomada da acrópole pelos tebanos) do livro 5 parece confirmar tal sugestão:

[27] Como os eventos estavam saindo favoráveis aos lacedemônios, já que os tebanos e os demais beócios estavam completamente ao lado deles, os coríntios haviam se tornado os mais fiéis, os argivos estavam humilhados [por não lhes servir de mais nada a desculpa dos meses sacros], os atenienses totalmente isolados e, além disso, os aliados que tinham sido hostis a eles foram castigados, pareceu a eles que o império já era perfeitamente bem seguro e formidável.

4. [1] De certo, se poderia narrar muitas outras ações de helenos e bárbaros, já que os deuses não se esquecem de quem comete atos ímpios e ilegais;⁴⁸

Assim, percebe-se que são os espartanos que, com o aumento do poder, aumentam também a arrogância e passam a cometer ações injustas, justamente quando pressentem que o seu império estava seguro e formidável. Por conseguinte, o discurso de Clígenes – sem negar a possível referencialidade externa a um discurso realmente proferido por ele – tem dupla funcionalidade diegética dentro do todo da narrativa: primeiro, estabelecer um tema desconhecido do leitor, o aumento do poder de Olinto; segundo, por meio das considerações sobre o futuro possível dessa

cidade, criar um espelho em que refletisse o futuro da própria cidade de Esparta. Se os espartanos não conseguiram absorver esse ensinamento, os leitores já criaram disposição anímica para, na leitura dos eventos subsequentes, compreender o significado ético desse discurso.

Procedimento e função semelhantes ocorrem no discurso do farsálio Polidamante sobre Jasão de Feras (6.1.2-16) que, embora personagem de grande relevância na Tessália, até esse momento não havia sido nomeado na narrativa. À chegada de Polidamante diante da assembleia espartana, o narrador, dessa vez, delinea o caráter do orador, descrevendo-o como um homem nobre que tinha boa fama (ἠύδοκίμει) entre os tessálios, ao ponto de os habitantes de Farsália terem entregado a ele a administração dos recursos da cidade; ademais, o descreve como hospitaleiro e altivo, conforme o costume tessálio (φιλόξενός τε καὶ μεγαλοπρεπῆς τὸν Θεσσαλικὸν τρόπον). Essa descrição, além de definir o caráter do orador, indica o tom das palavras que vão se seguir.

No início de seu discurso, ele se apresenta como próxeno e benfeitor de Esparta e coloca como uma de suas obrigações alertar a cidade de algum possível perigo: “Com efeito, bem sei que vós já ouvistes o nome de Jasão. É de fato um homem com grande poder e renome. Ele, depois de fazer as tréguas, encontrou-se comigo e disse o seguinte”⁴⁹ (6.1.4). Segundo Gray,⁵⁰ essa abertura do discurso de Polidamante é uma adaptação da estrutura convencional de aberturas encontradas em Heródoto. Diferentemente do que ocorre no discurso de Clígenes, agora o orador estabelece que o nome de Jasão era conhecido pela assembleia, estipulando, assim, uma distinção entre o narratário interno e o externo, já que, como observado, esse personagem ainda não havia sido nomeado na obra.

O tema da conversa entre Jasão e Polidamante é, de fato, uma ameaça do tirano de Feras que expõe o seu grande poder como forma de convencê-lo a se render com consentimento e não pela força.⁵¹ Nesse sentido ético, é também uma resposta indireta a forma de agir tanto aos espartanos quanto aos atenienses, no período em que tiveram a hegemonia na Grécia. A fim, então, de

convencê-lo, Jasão promete fazer Polidamante o segundo homem mais forte da Hélade, descrevendo os benefícios da aliança. Estabelece, também, em sua fala o descontentamento de beócios e atenienses em relação a Esparta, o que favoreceria uma aliança com essas cidades, e propõe que seria mais fácil dominar a cidade por terra do que por mar, estabelecendo, com isso, um modelo de ação que será, de fato, posteriormente retomado pelo tebano Epaminondas. Apresenta, como prova da força da região, a abundância em madeiras e trigo, ou seja, os mesmos pontos que fariam de Olinto um potencial inimigo de Esparta no discurso analisado acima. Diante da recusa de atacar os espartanos, apontando que eles não haviam cometido nenhuma injustiça contra ele, Jasão ordena que ele vá pedir a ajuda dos espartanos para que, caso aceitem ajudá-lo, resolvam a questão em campo de batalha. Então, Polidamante faz o pedido formal de aliança, reforçando com elogios a Jasão a dificuldade do empreendimento.

Do ponto de vista narrativo, esse discurso é bastante complexo, à medida que Polidamante recria em sua fala o diálogo dos dois personagens. Polidamante não resume em discurso indireto a fala de Jasão – como é usual nos discursos em que se apresenta o resumo do que foi dito em outras assembleias ou pelas autoridades – mas dá voz ao personagem. O recurso do diálogo é muito usado por Xenofonte em suas narrativas historiográficas e trata-se de um elemento característico de sua obra, porém, em geral, ele não medeia essa informação com algum personagem como testemunha do fato. Uma vez que é estabelecido pelo orador Polidamante que os fatos já são conhecidos pelo narratário interno, não há a necessidade de recapitulá-los objetivamente, justificando a recapitulação das falas de Jasão e o tom hiperbólico da avaliação que faz de seu governo e poder. Nesse caso, a presença de Polidamante, homem nobre e hospitaleiro, como participante do diálogo, abona a veracidade das falas.

Em todo caso, os espartanos parecem não se convencer dos receios de Polidamante, pois, além de adiarem a resposta, negam a ajuda, considerando os outros assuntos mais imediatos em que o exército estava envolvido:⁵² a luta contra as trirremes

atenienses e a guerra contra seus vizinhos (6.1.17). Polidamante, então, retorna para a sua cidade e a entrega para Jasão que passa a ser o soberano dos tessálios (ταγὸς τῶν Θεσσαλῶν). Em 6.4.20, Jasão volta a aparecer na narrativa, recebendo uma embaixada dos tebanos que pedem ajuda na guerra contra os espartanos, ou seja, se concretiza o receio de Polidamante e é feita a aliança entre tebanos e Jasão. Novamente, o discurso do “mensageiro” não é completamente compreendido pelos espartanos: no episódio de Olinto, se os espartanos agiram com rapidez e evitaram o crescimento de um grande rival, não refletiram sobre os ensinamentos éticos pronunciados por Clígenes; no episódio de Jasão de Feras, que exigia uma ação imediata, ela não ocorre e as previsões se concretizam, gerando grande desconforto para os espartanos nos anos posteriores. Xenofonte parece querer sublinhar a gravidade de uma situação política e que os governantes devem estar atentos não só aos perigos imediatos, mas que saibam conter pela raiz problemas futuros, e isso não se faz apenas com mobilizações das tropas, mas também com ações éticas e morais, de respeito aos aliados e inimigos, pois, faz parte da dinâmicas histórica, segundo Heródoto (1.5.4), a instabilidade entre as pequenas e grandes cidades.

4 CONCLUSÃO

A relação entre discursos e ações são complexas nas obras historiográficas. Ao dar a voz a personagens, o narrador lhe dá autonomia para observar os fatos e exprimir as suas opiniões de acordo com as suas intenções. A instabilidade ou a harmonia entre as falas dos personagens e o discurso do historiador variam de acordo com as intenções deste, já que ele, como organizador da narrativa, seleciona quais discursos narrar e quais manter no esquecimento. Narrar, qualquer que seja o gênero narrativo, é um ato de selecionar. Diante da impossibilidade de representar o todo, o historiador codifica a sua impressão sobre o tempo histórico por meio de estratégias narrativas cuja presença não é aleatória. Parece-nos que, ao dar a voz a outros personagens, ainda que seja para

transmitir as suas próprias ideias, o historiador cria um efeito objetivo em sua narrativa, possibilitando que, pelo conjunto de vozes – instáveis ou harmônicas –, o leitor tenha conhecimento do conjunto ético e moral que governa a narrativa como um todo.

Além disso, nesse espaço em que a voz do outro é apresentada, novos elementos estilísticos e técnicas são utilizados, seja para adequá-las ao caráter do orador, seja para adequá-las aos próprios interesses do narrador da obra historiográfica. Resumir as funções em conjuntos pré-determinados é, por isso, problemático e a análise de cada discurso não depende apenas da sua relação com todo o conjunto de episódios em que o discurso se circunscreve, mas também do vínculo deste com o todo da narrativa.

ABSTRACT

In this article, we analyze some public speeches of the Hellenic of Xenophon - the judicial speeches and two deliberative speeches -, seeking to understand how they can connect with the narrative of the historical narrator himself. Public speeches figure in the historiographical narratives of Antiquity, both as a means for historians, to explain the motivations that lead to actions, as well as to discuss ethical and moral aspects, dear to the historian himself, creating, in addition, a dramatic effect to the narrative. Our analysis proposal aims to demonstrate the relations of instability or harmony between the public speeches of the characters and the actions narrated by the narrator himself as well as how these relations establish a complex game of voices that directs the way that the reader reacts to the narrative and the characters. In this sense, the speeches dialogue with a commented version presented by the narrator, as much as they complement it, and this conflict of voices assists the historian when transmitting their message to the reader, be it ethical and moral or political in a less explicit and strategic way.

KEYWORDS

Xenophon; Hellenica; Speeches; Narrative.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel A. Júnior, Paulo F. Alberto e Abel do N. Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. (Obras Completas de Aristóteles, VIII. Tomo I).
- BADIAN, E. The King's peace. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, London, v. 37, suppl. n. 58, p. 25-48, Jan. 1991.
- BARAGWANATH, E. A Noble Alliance: Herodotus, Thucydides, and Xenophon's Procles. In: FOSTER, E; LATEINER, D. **Thucydides and Herodotus**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 316-344.
- _____. The Character and Function of Speeches in Xenophon. In: FLOWER, M. **The Cambridge companion to Xenophon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 279-297.
- BREITENBACH, H. R. **Xenophon von Athen**. Stuttgart: Druckenmüller, 1966.
- CANFORA, L. **O mundo de Atenas**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- COHN, D. **The Distinction of Fiction**. Baltimore and London: Coleman, 1999.
- DEFOSSE, P. A propos du début insolite des "Helléniques". **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, Bruxelles, t. 46, fasc. 1, p. 5-24, 1968.
- DIONISO DE HALICARNASO. Sobre la imitación. In: **Tratados de crítica literaria**. Traducción de Juan Pedro Oliver Segura. Madrid: Gredos, 2005.
- DOVER, K. J. **Greek Popular Morality in the Time of Plato and Aristotle**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- GENETTE, G. **Fiction et Diction**. Paris: Le Seuil, 1991.
- GRAY, V. J. **The character of Xenophon's Hellenica**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989.
- _____. Xenophon. In: JONG, I. J. F. de; NÜNLIST, R.; BOWIE, A. (Ed.). **Narrators, Narratees and Narratives in ancient Greek literature**. Studies in Ancient Greek Narrative 1. Leiden: Brill, 2004. p. 129-146.
- HARTOG, F. (Org.). **A História de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- HERÓDOTO. **Histórias**. Introdução geral de Maria Helena da Rocha Pereira. Introdução do Livro I, tradução e notas de José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva. Lisboa: Edições 70, 2002. Vol. I.
- JONG, I. J. F. de. Introduction. Narratological theory on narrators, narratees, and narratives. In: _____. NÜNLIST, R.; BOWIE, A. (Ed.). **Narrators, Narratees and**

- Narratives in ancient Greek literature.** Studies in Ancient Greek Narrative 1. Leiden: Brill, 2004. p. 1-10.
- MARINCOLA, J. M. Thucydides 1. 22. 2. **Classical Philology**, Chicago, v. 84, n. 3, p. 216-223, 1989.
- _____. **Authority and tradition in Ancient Historiography.** New York: Cambridge University Press, 1999.
- _____. Speeches in classical historiography. In: _____ (Ed.). **A companion to Greek and roman historiography.** V. 1, Oxford: Blackwell, 2007. p. 118-132.
- _____. The rhetoric of history: allusion, intertextuality, and exemplarity in historiographical speeches. In: PAUSCH, D. **Stimmen der Geschichte: Funktionen von Reden in der antiken Historiographie.** Berlin: De Gruyter, 2010. p. 259-289.
- MCLAREN, M. A supposed lacuna at the beginning of Xenophon's Hellenica. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 100, n. 2, p. 228-238, 1979.
- NICOLAI, R. Thucydides Continued. In: RENGAKOS, A.; TSAKMAKIS, A. (Ed.), **Brill's Companion to Thucydides.** Leiden and Boston: Brill, 2006. p. 693-719.
- _____. At the Boundary of Historiography: Xenophon and his Corpus. In: PARMEGIANNI, G. **Between Thucydides and Polybius: The Golden Age of Greek Historiography.** Washington, DC: Center for Hellenic Studies, 2004 (Hellenic Studies Series n. 64).
- _____. Historians' Speeches in Rhetorical Education: Dionysius of Halicarnassus' Selection from Thucydides. In: IGLESIAS-ZOIDO, J. C.; PINEDA, V. (Ed.). **Anthologies of Historiographical speeches from Antiquity to Early modern times.** Leiden: Brill, 2017. p. 42-62.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Tradução de Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- RAHN, P. J. Xenophon's developing historiography. **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, Baltimore, v. 102, p. 497-508, 1971.
- REBOUL, O. **Introdução à Retórica.** Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROMILLY, J. **História e razão em Tucídides.** Tradução de Tomás Rosa Bueno. Brasília: Ed. UNB, 1998.
- TAMIOLAKI, M. Les Helléniques entre tradition et innovation. Aspects de la relation intertextuelle de Xénophon avec Hérodote et Thucydide. **Cahiers des études anciennes**, Montréal, v. XLV, p. 15-52, 2008.

_____. A Pombre de Thucydide? Les discours des Helléniques et leur influence thucydidéenne. In: PONTIER, P. (Ed.). **Xénophon et la rhétorique**. Paris: Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2014. p. 121-138.

THOMAS, D. Introduction. In: STRASLER, R. B. **The Landmark Xenophon's Hellenika**. Translated by John Marincola with an Introduction by David Thomas. New York: Pantheon Books, 2009. p. IX-LXVI.

TODOROV, T. Os homens-narrativa. In: **As estruturas narrativas**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 119-133.

TUPLIN, C. **The Failings of Empire**. A reading of Xenophon Hellenica 2.3.11-7.5.27. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1993.

USHER, S. Xenophon, Critias and Theramenes. **The Journal of Hellenic Studies**, Cambridge, v. 88, p. 128-135, 1968.

VEYNE, P. **Como se Escreve a História**. Foucault revoluciona a História. Tradução de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1982.

WESTLAKE, H.D. Individuals in Xenophon, Hellenica. In: **Essays on the Greek Historians and Greek History**. Manchester: Manchester University Press, 1969, pp. 228-269.

_____. The Settings of Thucydidean Speeches. In: STADTER, P. A. **The Speeches in Thucydides: A Collection of Original Studies with a Bibliography**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1973. p. 90-108.

WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Tradução de José Laurencio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994. (Ensaios de cultura, vol. 6).

WOODMAN, A. J. **Rethoric in Classical Historiography**. Four Studies. London: New York: Routledge, 2004.

XENOFONTE. **Banquete. Apologia de Sócrates**. Tradução, introdução e notas de Ana Elías Pinheiro. São Paulo: Annablume Clássica; Coimbra: CECH, 2011.

XÉNOPHON. **Cyropédie**. Traduit par Marcel Bizos. Paris: Les Belles Lettres, 1972. (Tome I).

_____. **Helléniques**. Tome I (Livres I-III). Texte établi et traduit par J. Hatzfeld. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

_____. **Helléniques**. Tome I (Livres IV-VII). Texte établi et traduit par J. Hatzfeld. Paris: Les Belles Lettres, 1965.

¹Cf. Marincola, 2007, p. 120.

²Cf. Genette, 1991; Cohn, 1999.

³Cf. Jong, 2004, p. 9: “There may be very little material from which to reconstruct this level, as is often the case in ancient history, with its relative lack of documents and archives. Also, this level itself is no narrative (yet): it is the historiographer who turns historical events into a narrative, for one thing by deciding what is ‘the beginning, middle, and end’. In other cases, this level may consist of the narratives of oral sources or written predecessors. All in all, I am inclined to follow Quintilian, who considers ancient historiography as ‘close to poetry’ and ‘in a sense a kind of prose poem, which is told to narrate, not to win a case’.”

⁴VEYNE, 1982, p. 28.

⁵Cf. Marincola, 1999.

⁶Cf. White, *Meta-história*, 1995.

⁷Marincola, 1989, p. 217.

⁸Ao analisar os discursos em Tucídides, Jacqueline de Romilly (1998) é taxativa em afirmar que eles estão estritamente vinculados aos *érga*, pois visam a indicar as justificativas das ações, e essa interpretação clássica tornou-se um norte nos estudos dos discursos na obra de Tucídides.

⁹NICOLAI, 2017, p. 44.

¹⁰Para Defosse (1968, p. 5), há uma séria dificuldade em encaixar os eventos como continuação imediata de Tucídides, e, nesse sentido, Xenofonte estaria se referindo a outros eventos, que teriam se perdido na transmissão das Helênicas. McLaren (1979), por outro lado, mostra em sua análise como os três fios narrativos inacabados em Tucídides são retomados na seção 1 do Livro 1 das Helênicas.

¹¹Cf. Rahn (1971)

¹²É o caso, por exemplo, da análise de Breitenbach (1966), e das análises biografista em geral, que, pelo paralelo entre as posições expressadas nos discursos com passagens de outras obras de Xenofonte, acreditam encontrar que os discursos refletem os ideais, não dos oradores, mas do autor.

¹³Cf. Marincola, 2010, p. 261: “Even if an author were not intending to echo Thucydides in his work, he would be creating his history in a system on which Thucydides had had the most profound influence, and he thus could not write as if that genre did not exist, especially since to write ‘outside’ of the genre would run the risk of incomprehensibility”.

¹⁴Tuplin (1993, p. 26), por outro lado, interpreta esse comentário de Dioniso se refere antes às *Ciropedia* e *Anábase* do que às *Helênicas*, já que não é claro a que obra de Xenofonte ele está se referindo.

¹⁵Cf. Tamiolaki, 2008; Baragwanath, 2012; Gray, 1989; 2004.

¹⁶Nicolai, 2006.

¹⁷Tradução nossa. No original: “His speeches take many forms. They include mere references to a speech act; informal dialogues, like those of his Socratic works; conversations that embed longer, continuous speeches; and lengthy formal speeches to larger audiences (and yet even these are usually interrupted by insertions of *ephe*, “he said,” which inject liveliness and recall the performance occasion). [...] Direct is especially useful for rhetorically intense moments, an impression of dramatic vividness, characterization of the speaker, and to highlight crucial themes” (BARAGWANATH, 2017, p. 279).

¹⁸Pode-se, entre os discursos deliberativos, dividir entre aqueles que são proferidos diante de uma assembleia política e aqueles em que gerais discursam diante das tropas antes da batalha, Nesse caso, trata-se de arengas militares que apresentam feições próprias e distintas dos discursos deliberativos para uma assembleia e por isso merecem uma análise específica, já que, como observa Aristóteles (1358b), o público a que se dirige o orador é determinante também na composição do discurso.

¹⁹As traduções referentes às *Helênicas* são de nossa autoria, a partir da edição estabelecida por Hatzfeld (1965; 1973). No original: [11] ἐπει δὲ παντελῶς ἤδη ὁ σῖτος ἐπελελοίπει, ἔπεμψαν πρέσβεις παρ' Ἄγιν, βουλόμενοι σύμμαχοι εἶναι Λακεδαιμονίοις ἔχοντες τὰ τείχη καὶ τὸν Πειραιᾶ, καὶ ἐπὶ τοῦτοις συνθήκας ποιείσθαι. [12] ὁ δὲ αὐτοὺς εἰς Λακεδαίμονα ἐκέλευεν ἰέναι· οὐ γὰρ εἶναι κύριος αὐτός. ἐπει δ' ἀπήγγειλαν οἱ πρέσβεις ταῦτα τοῖς Ἀθηναίοις, ἔπεμψαν αὐτοὺς εἰς Λακεδαίμονα.

²⁰HARTOG, 2001, p. 99.

²¹BARAGWANATH, 2017, p. 284-285.

²²Em nosso estudo, *A Ciropedia de Xenofonte: um romance de formação na Antiguidade* (2011), analisamos que, no processo de desenvolvimento da personagem Ciro, há um gradual progresso em sua formação e que, especialmente no livro 1, há várias passagens em que o jovem príncipe comete erros de avaliação ao propor visões de mundo (prático e teórico) que não se cumprem na realidade. Pode-se dizer, então, que ao menos no início do livro há uma maior instabilidade entre os *lógoi* de Ciro e seus *érğa*.

²³Nesse sentido, Xenofonte se diferencia de Tucídides que, em geral, apresenta a reação apenas no final dos grandes debates, antes da decisão final tomada pela votação. Xenofonte sempre abre espaço para a descrição das reações do público, a cada discurso, como se observa na tríade de oradores no livro 6 da embaixada ateniense em Esparta. Cf. Westlake, 1973; Tamiolaki, 2014.

²⁴Cf. 1.7.5; 1.7.12; 1.7.14; 1.7.15;

²⁵No original: [...] ἂν ὑμεῖς γέ μοι πείθησθε τὰ δίκαια καὶ ὅσα ποιοῦντες, καὶ ὅθεν μάλιστα ἀληθῆ πεύσσοσθε καὶ οὐ μετανοήσαντες ὕστερον εὐρήσετε σφᾶς αὐτοὺς ἡμαρτηκότας τὰ μέγιστα εἰς θεοῦς τε καὶ ὑμᾶς αὐτοὺς.

²⁶Para Gray (1989, p. 86-87), a chave da interpretação desse discurso, do ponto de vista moral, é o conceito de filantropia, na medida em que, em sua interpretação, os estrategos estão sendo acusados agora justamente por aqueles que foram beneficiados pela filantropia deles, os trierarcos Terâmenes e Trasíbulo. A postura dos estrategos é sempre a de culpar a tempestade, nunca os responsáveis pela missão fracassada.

²⁷Sobre o estilo do discurso de Euríptólemo, cf. Gray, 1984, p. 89-90.

²⁸DOVER, 1974, p. 273.

²⁹Tamiolaki (2008) comenta que esse episódio, especialmente o debate entre Crítias e Terâmenes, apresenta uma série de alusões ao debate tucidideano, entre os personagens Cleão e Diodoto, no livro 3. Enquanto em Tucídides o debate trata das responsabilidades e limites da democracia, em Xenofonte os temas são discutidos em relação à oligarquia. Nesse sentido: “*Les implications d'une telle comparaison ne sont pas sans importance pour la pensée politique de Xénophon. Par le biais des motifs thucydidiens, Xénophon modèle la description de l'oligarchie tyrannique sur le récit thucydidiën de la démocratie tyrannique: dans un premier temps, il veut souligner que tous les régimes risquent d'atteindre des extrêmes et basculer dans la tyrannie*⁶⁵. *A un niveau plus profond, cette idée contribue à établir une sorte de nivellement entre les régimes politiques: aucun régime n'est a priori meilleur ou pire, car tous sont sujets aux mêmes erreurs*” (2008, p. 33).

³⁰No original: βίαιαν τε τὴν ἀρχὴν καὶ ἥττονα τῶν ἀρχομένων κατασκευαζομένου.

³¹Usher (1968), a partir da semelhança entre o estilo do discurso narrado por Xenofonte e fragmentos de discursos de Crítias, acredita que o discurso de Crítias é derivado de uma cópia de um genuíno discurso que circularia na Grécia.

³²Servos da Tessália, mais ou menos com o mesmo status dos hilotas na Lacedemônia.

³³No original: Ἀλλὰ πρῶτον μὲν μνησθήσομαι, ὦ ἄνδρες, ὁ τελευταῖον κατ' ἐμοῦ εἶπε. φησὶ γὰρ με τοὺς στρατηγούς ἀποκτεῖναι κατηγοροῦντα. ἐγὼ δὲ οὐκ ἤρχον δήπου τοῦ κατ' ἐκείνων λόγου, ἀλλ' ἐκείνοι ἔφρασαν προσταχθέν μοι ὑφ' ἑαυτῶν οὐκ ἀνελεσθαι τοὺς δυστυχοῦντας ἐν τῇ περὶ Λέσβον ναυμαχίᾳ. ἐγὼ δὲ ἀπολογούμενος ὡς διὰ τὸν χειμῶνα

οὐδὲ πλεῖν, μὴ ὅτι ἀναιρεῖσθαι τοὺς ἄνδρας δυνατὸν ἦν, ἔδοξα τῇ πόλει εἰκότα λέγειν, ἐκεῖνοι δ' ἐαυτῶν κατηγορεῖν ἐφαίνοντο. φάσκοντες γὰρ οἷόν τε εἶναι σῶσαι τοὺς ἄνδρας, προέμενοι ἀπολέσθαι αὐτοὺς ἀποπλέοντες ὥχοντο. [36] οὐ μέντοι θαυμάζω γε τὸ Κριτίαν ἑπαρνενομηκέναι· ὅτε γὰρ ταῦτα ἦν, οὐ παρῶν ἐτύγχανεν, ἀλλ' ἐν Θετταλία μετὰ Προμηθέως δημοκρατίαν κατεσκεύαζε καὶ τοὺς πενέστας ὤπλιζεν ἐπὶ τοὺς δεσπότας.

³⁴ CANFORA, 2015, p. 421-427.

³⁵ No original: καὶ τοῦτο μὲν οὐκ ἄγνωῶ, ὅτι ταῦτα ἀποφθέγματα οὐκ ἀξιόλογα, ἐκεῖνο δὲ κρίνω τοῦ ἀνδρὸς ἀγαθόν, τὸ τοῦ θανάτου παρεστηκότος μῆτε τὸ φρόνιμον μῆτε τὸ παιγνιώδες ἀπολιπεῖν ἐκ τῆς ψυχῆς.

³⁶ GRAY, 1989, p. 94.

³⁷ Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo F. Alberto e Abel do N. Pena (2010).

³⁸ Tradução nossa. No original: “*The reader’s own conclusion must be that Xenophon presents his account of the trial as a memorial to the impeccable justice of the killer, revealing hidden virtue where at first sight there was only apparent vice. Xenophon’s dedication to the ethical achievement and his interest in the philosophic question of the definition of justice remains unwavering*” (GRAY, 1989, p. 136).

³⁹ Todorov (2006) entende o homem-narrativa como um mecanismo não psicológico de caracterização das personagens, na medida em que sua função é basicamente narrar e, a partir do momento que sua narração acaba, sua presença torna-se desnecessária no conjunto textual: “A aparição de uma nova personagem ocasiona infalivelmente a interrupção da história precedente, para que unia nova história, a que explica o “eu estou aqui agora” da nova personagem, nos seja contada. Uma história segunda é englobada na primeira; esse processo se chama *encaixe*.” (2006, p. 122).

⁴⁰ Cf. Jong, 1991, p. 179-180.

⁴¹ LOWE, 2004, p. 273.

⁴² Segundo Lowe (2004), essa quebra da ilusão de objetividade nos mensageiros de Eurípidēs se dá pela exposição persuasiva de recursos de focalização, referências à autópsia e a explicitação da narrativa como mensagem direcionada aos personagens.

⁴³ O termo aqui utilizado, *προστάται*, é interessante tendo em vista que ele pode significar “defensor, protetor, representante” e também “líderes”, como em *Helénicas* 3.1.3, quando *προστάται* refere-se aos espartanos como líderes da Hélade pós-Guerra do Peloponeso. No caso, me parece que Xenofonte faz um jogo com as palavras, já que, ao se tornarem os defensores da paz do Rei, os espartanos voltaram a estabelecer a liderança e a hegemonia da Grécia. Cf. Badian (1991).

⁴⁴ No original: *προστάται γὰρ γενόμενοι τῆς ὑπὸ βασιλέως καταπεμφθείσης εἰρήνης καὶ τὴν αὐτονομίαν ταῖς πόλεσι πράπτοντες, προσέλαβον μὲν σύμμαχον Κόρινθον, αὐτονόμους δὲ ἀπὸ τῶν Θηβαίων τὰς Βοιωτίδας πόλεις ἐποίησαν, οὐπὲρ πάλαι ἐπεθύμουν, ἔπασσαν δὲ καὶ Ἀργείους Κόρινθον σφετεριζόμενους, φρουρὰν φήναντες ἐπ' αὐτοῦς, εἰ μὴ ἐξιοῖεν ἐκ Κορίνθου.*

⁴⁵ No original: Ὡ ἄνδρες Λακεδαιμόνιοι τε καὶ σύμμαχοι, οἰόμεθα λανθάνειν ὑμᾶς πρᾶγμα μέγα φυόμενον ἐν τῇ Ἑλλάδι.

⁴⁶ No original: ἡμεῖς δὲ, ὧ ἄνδρες Λακεδαιμόνιοι, βουλόμεθα μὲν τοῖς πατρίοις νόμοις χρῆσθαι καὶ αὐτοπολιταί εἶναι.

⁴⁷ No original: τό γε μὴν φρόνημα αὐτῶν τί ἂν τις λέγοι; καὶ γὰρ ὁ θεὸς ἴσως ἐποίησεν ἅμα τῷ δύνασθαι καὶ τὰ φρονήματα αὔξασθαι τῶν ἀνθρώπων. ἡμεῖς μὲν οὖν, ὧ ἄνδρες Λακεδαιμόνιοι τε καὶ σύμμαχοι, ἐξαγγέλλομεν ὅτι οὕτω τάκεῖ ἔχει· ὑμεῖς δὲ βουλεύεσθε, εἰ δοκεῖ ἄξια ἐπιμελείας εἶναι. δεῖ γε μὴν ὑμᾶς καὶ τόδε εἰδέναι, ὡς ἦν εἰρήκαμεν δύναμιν μεγάλην οὖσαν, οὕτω δυσπάλαιστός ἐστιν. αἱ γὰρ ἄκουσαι τῶν πόλεων τῆς πολιτείας κοινοῦσαι, αὐταί, ἂν τι ἴδωσιν ἀντίπαλον, ταχὺ ἀποστήσονται·

⁴⁸ No original: Προκεχωρηκότων δὲ τοῖς Λακεδαιμόνιοις ὥστε Θηβαίους μὲν καὶ τοὺς ἄλλους Βοιωτοὺς παντάπασιν ἐπ' ἐκείνοις εἶναι, Κορινθίους δὲ πιστοτάτους γεγενῆσθαι, Ἀργείους δὲ τεταπεινώσθαι διὰ τὸ μηδὲν εἶτι ὠφελεῖν αὐτοῦς τῶν μηνῶν τὴν ὑποφορὰν,

Ἀθηναίους δὲ ἡρημῶσθαι, τῶν δ' αὖ συμμάχων κεκολασμένων οἱ δυσμενῶς εἶχον αὐτοῖς, παντάπασιν ἤδη καλῶς καὶ ἀσφαλῶς ἡ ἀρχὴ ἐδόκει αὐτοῖς κατεσκευασθαι. [4.1] Πολλὰ μὲν οὖν ἂν τις ἔχοι καὶ ἄλλα λέγειν καὶ Ἑλληνικὰ καὶ βαρβαρικά, ὡς θεοὶ οὔτε τῶν ἀσεβούντων οὔτε τῶν ἀνόσια ποιούντων ἀμελοῦσι·

⁴⁹ No original: ἀκούετε μὲν οὖν εὖ οἶδ' ὅτι καὶ ὑμεῖς Ἰάσονος ὄνομα· ὁ γὰρ ἀνὴρ καὶ δύναμιν ἔχει μεγάλην καὶ ὀνομαστός ἐστί.

⁵⁰ GRAY, 1989, p. 121.

⁵¹ Há certa semelhança no pensamento de Jasão com o de Cambises na *Ciropeidia* (1.6.20-21), quando o rei persa afirma ao jovem príncipe Ciro que a melhor forma de se conseguir a obediência é mostrar que há vantagens em obedecer.

⁵² Para Gray (1989, p. 123), Polidamante indica, desde o começo, que tem consciência de que Esparta não aceitará ajudá-lo, de modo que os elogios que faz sobre a forma de liderança de Jasão sublinham ainda mais firmemente o preço que ele estava disposto a pagar pela sua amizade por Esparta.